

Preços da Energia. Maria da Graça Carvalho critica escassez de soluções para a classe média, empresas e indústria

Bruxelas, 14-10-2021

A eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho, membro da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE), defendeu hoje em Bruxelas que a “toolbox” para a Energia apresentado pela Comissão Europeia oferece aos Estados Membros diversas soluções a curto e médio prazo para a subida dos preços da energia, com a vantagem de o fazer dentro dos quadros legais em vigor. No entanto, considerou também que o documento “deveria ter sido mais ambicioso” e, sobretudo, “mais específico”, em relação a problemas concretos que a situação está a causar aos cidadãos e empresas europeus.

“A Comissão reconhece o impacto do aumento dos preços nas famílias com baixos rendimentos e abre a possibilidade de proibições temporárias de cortes de energia, apoio financeiro para pagar as contas de eletricidade e até cortes de impostos”, assinalou Maria da Graça Carvalho, que falava em nome do grupo do Partido Popular Europeu (PPE). “No entanto, não diz nada sobre a classe média em geral. Não diz nada sobre empresas e indústrias. Incluindo indústrias de consumo intensivo de energia, como o cimento e o aço”, lamentou.

Para a eurodeputada, as propostas são igualmente “muito vagas em relação a uma resposta combinada da UE ao aumento do preço do gás. Eu teria gostado de ver mais sobre políticas de armazenamento, mais sobre compras recorrendo à contratação pública conjunta”, disse.

Finalmente, em relação às medidas de médio prazo, Maria da Graça Carvalho lamentou o facto de o documento da Comissão Europeia “quase não mencionar a importância do desenvolvimento de tecnologias verdes e acessíveis”, não apenas tendo em vista a descarbonização da economia europeia, mas para libertar a UE da sua atual dependência dos combustíveis fósseis. “É lamentável porque, na minha opinião, é em momentos como este que a UE tem de mostrar que se mantém determinada e centrada nos seus objetivos”.

Já na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, a eurodeputada tinha afirmado que se exigiam “medidas de fundo” para gerir a questão da energia. “Aos Estados-membros, mudanças na fiscalidade, nos custos de interesse económico geral. À União, um programa ambicioso de melhoria da eficiência energética, a utilização de novas tecnologias e novos modelos de financiamento do setor”, afirmou.

Na ocasião, abordou também o contexto português, lamentando que o país não tenha conseguido ultrapassar o facto de, historicamente, os preços da energia terem sido um obstáculo ao crescimento económico e à melhoria da qualidade de vida da população. “Portugal tem uma das eletricidades mais caras da Europa face ao poder de compra. O custo da energia, no meu país, é um fator de bloqueio ao desenvolvimento e competitividade das empresas e indústrias. É um fardo para as famílias, com níveis de pobreza energética muito elevados. Temos um longo caminho a percorrer”, concluiu.